



Descumprimento da Lei da carga horária, Companhia infestada de ratos e desvio de função são constatados na 6ª CIA do 1º BPM

Na manhã desta terça-feira, 24/10/2017, os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, da Comissão de Segurança Pública da ALMG, visitaram a 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar para verificar o descumprimento da carga horária semanal de trabalho dos policiais militares, bem como as condições insalubres de trabalho, entre elas condições mínimas de higiene, devido à presença de roedores e fezes nas dependências da Cia, conforme denúncias apresentadas na Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública, realizada em 3/10/2017.

Em relação à carga horária, o comandante Major Renato Salgado Cintra Gil criou, ao seu bel prazer, uma carga horária mensal levando em conta meses de 28, 29 e 30 dias, ignorando a obrigatoriedade das 40 horas semanais e prejudicando decisivamente os policiais militares sob o seu comando, que ficam sempre em débito de horas trabalhadas e sem direito à folga, contrariando o previsto na Lei Complementar nº 127, de 2013. Segundo o deputado Sargento Rodrigues, também existem denúncias em outras unidades da Polícia Militar que compõem a 1ª RPM, denúncias graves de violação de uma Lei.

Além das denúncias que já haviam sido feitas, como a presença de ratos até nos bebedouros, os deputados constataram, durante a visita, outros problemas gravíssimos na CIA, como o desvio de função de 3 sargentos e 2 cabos que estavam trabalhando como

pedreiros na reforma do local ao invés de estarem patrulhando ou no atendimento à população.

Também foi constatado na fiscalização, fezes de ratos na intendência, que deveria ser um depósito de armas e munições e que, além de tudo, faz divisa com a cozinha, que estava suja, com móveis velhos e eletrodomésticos enferrujados. A Comissão também verificou extintores de incêndio vencidos e que a CIA não possui projeto de incêndio e nem saída de emergência.

Mesmo com tamanha gravidade, e com a visita tendo sido marcada em Audiência ainda no início do mês, o comandante da 6ª CIA, Major Renato Salgado Cintra Gil, não estava presente para prestar esclarecimentos e nem designou o oficial subordinado para acompanhar a fiscalização.

Sargento Rodrigues ressaltou que a responsabilidade é do Comandante da CIA, assim como do Comandante do 1º Batalhão e do Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, que abandonou a Instituição para fazer uma defesa cega e negligente do Governo do Estado. Em relação ao descumprimento da carga horária, o parlamentar afirmou que o Major Cintra teve a chance de prestar os esclarecimentos durante a visita, mas que agora ele e o Tenente Coronel Eduardo Felisberto Alves, comandante do 1º BPM, serão convocados a explicar essa questão, bem como as condições insalubres e o desvio de função dos policiais.



Ricardo Barbosa/ALMG



Ricardo Barbosa/ALMG



Ricardo Barbosa/ALMG



SARGENTO RODRIGUES
DEPUTADO ESTADUAL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Rua Rodrigues Caldas, 79 - 5º andar - Gab. 02 - Bairro Santo Agostinho - CEP 30190-120 - Belo Horizonte - MG
e-mail: dep.sargento.rodrigues@almg.gov.br - site: sargentorodrigues.com.br

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Desconhecido
<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> Falecido
<input type="checkbox"/> Não existe o número	<input type="checkbox"/> Outros

Reintegrado ao Serviço Postal em ___/___/___

Responsável - Visto: _____

Sem o repasse do dinheiro das obrigações patronais e do desconto dos segurados, o governo do PT está tirando a última salvaguarda da família policial e bombeiro militar

Um dos requerimentos aprovados pelo deputado Sargento Rodrigues na Comissão de Segurança Pública requer seja realizada audiência pública para debater questão relacionada à falta do repasse das contribuições patronais e dos segurados policiais e bombeiros militares ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM), autarquia responsável por garantir o benefício previdenciário e promover a atenção à saúde da família militar mineira.

Conforme comunicado veiculado pelo Diretor Geral, Cel PM QOR Márcio dos Santos Cassavari, dificuldades financeiras têm inviabilizado o pagamento em dia dos profissionais e instituições de saúde conveniadas, o que tem refletido no desempenho dos Policiais e Bombeiros Militares, que, no momento, preocupam-se com a continuidade de tratamentos e acompanhamentos médicos. Além disso, a ausência de quitação das faturas de prestação de serviços da rede credenciada compromete a credibilidade do Instituto, órgão essencial na preservação da qualidade de vida, de saúde, previdência e assistência social dos militares estaduais.



Segundo o deputado Sargento Rodrigues, essa será “a audiência pública do ano”, uma vez que os convênios entre clínicas, médicos, hospitais e o IPSM funcionam como uma retaguarda das famílias dos policiais e bombeiros militares, atendendo a um público de cerca de 225 mil pessoas, entre policiais e bombeiros da ativa, reformados, pensionistas e dependentes. “Nós vamos unir

forças, convidando todas as entidades de classe da capital e do interior, de soldado a coronel, as pensionistas e todos os familiares, e o que eu espero ver são justamente os coronéis aqui, fardados, defendendo o Instituto de Previdência com coragem e honrabilidade, uma vez que o Governo está sucateando o IPSM”, afirmou o parlamentar, ressaltando a importância do requerimento.

Irregularidades na carga horária e condições insalubres de trabalho de policiais militares são denunciadas em audiência pública

Também foi realizada audiência pública, na Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para debater a violação da Lei Complementar nº 127, de 2013, que fixa a carga horária semanal de trabalho dos militares estaduais, e possível prática de crime militar previsto no artigo 213, por parte do Coronel Comandante da 1ª RPM e da 127ª CIA do 2º Batalhão da PM, após denúncias de policiais que estão sendo obrigados a trabalhar em escalas desumanas, com jornadas de até 17 horas consecutivas sem o devido descanso, o que afeta diretamente a política de segurança pública no Estado de Minas Gerais.

No início da audiência, o deputado Sargento Rodrigues, afirmou, que na 6ª CIA da PM, por exemplo, o comandante Major Renato Salgado criou uma carga horária mensal irregular levando em conta meses de 28, 29 e 30 dias, ignorando a obrigatoriedade das 40 horas semanais, prejudicando decisivamente os policiais militares sob seu comando. “Também existem denúncias em outras unidades da

Polícia Militar que compõem a 1ª RPM. São denúncias graves de violação de uma Lei”, ressaltou o parlamentar.

De acordo com o Soldado Martins, lotado na 6ª CIA, 12% de toda criminalidade do Estado está concentrada na área da 6ª CIA, localizada no centro de BH. Martins reclamou da escala de trabalho e afirmou que a lei deve ser respeitada. Segundo ele, muitas vezes ocorrem escalas por quatro dias consecutivos, das 22h às 7h, o que atrapalha a convivência com sua família. “Não posso sair com minha família aos finais de semana porque não posso deixar um companheiro morrer na hora de salvá-lo”, disse.

Outro ponto alertado pelo militar é a questão dos ratos que estão no local. Para ele, no período de 22h às 7h, que eles chamam de “curiango”, quem quiser tirar fotos com ratos é só comparecer ao local. “Rato lá é rato. Existem ratos e ratazanas, mas o cúmulo do absurdo é ter que ouvir que vão colocar gatos lá para combater. Nem água podemos beber lá porque os ratos tomam água no bebedouro”, afirmou. Além disso, o policial destacou que os ratos ro-

em os fios dos chicotes das viaturas, motos e carros. “O Governo pode resolver o problema, mas não faz porque não quer”, completou.

Ao final da audiência, o deputado Sargento Rodrigues apresentou requerimento para que seja convocado o comandante-geral da PMMG, Coronel Helbert Figueiró de Lourdes, para prestar esclarecimentos em audiência pública da Comissão de Segurança Pública, considerando sua ausência e a falta de envio de representante nas audiências realizadas em 22/8/2017, 29/8/2017, 12/9/2017 e na presente data de 3/10/2017, bem como requerimento para que seja realizada visita da Comissão de Segurança Pública à 6ª CIA, do 1º Batalhão da PMMG, para verificar o descumprimento da carga horária semanal de trabalho, contrariando o previsto na Lei Complementar nº 127, de 2013 e as condições insalubres de trabalho, entre elas as mínimas de higiene no local, com presença de roedores na Companhia, conforme denúncias realizadas nesta audiência.

Governo do PT afirma que não há data para envio do projeto de lei complementar que trata da lei orgânica dos agentes penitenciários e socioeducativos

O deputado Sargento Rodrigues participou da audiência pública para discutir a necessidade de envio de um projeto de Lei Complementar (PLC) que instituirá a Lei Orgânica do sistema prisional de autoria do Poder Executivo para análise da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Segundo Sargento Rodrigues, neste estatuto ou lei orgânica é que serão assegurados os deveres, direitos, prerrogativas, forma de ingresso, formação acadêmica, progressão na carreira, aposentadoria, porte de armas e tantas outras situações que permeiam a carreira dos agentes penitenciários, socioeducativos, bem como os analistas, assistentes e demais servidores administrativos.

A assessora de planejamento, Luíza Campos, que estava representando o Secretário do Estado de Administração Prisional, Francisco Kupidowski, quando questionada por um agente penitenciário presente sobre o motivo de, a cada dia, surgir um novo desvio de Função dentro da SEAP, não soube responder e afirmou apenas que o PLC já foi encaminhado para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), órgão que está avaliando os impactos financeiros e sua viabilidade.

Após o questionamento de vários agentes penitenciários presentes, o assessor de Relações Sindicais da SEPLAG, Carlos Calazans, também afirmou depois de muitos ro-



deios, que o impacto financeiro do Projeto de Lei Complementar deve ser avaliado: “Para que o Governador o envie para a ALMG é necessária a superação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não encaminhamos nenhum projeto de reestruturação de carreira de nenhuma categoria para a ALMG porque a Lei de Responsabilidade Fiscal penalizaria o Governador, e eu não vou fazer um projeto que não tem solução para carreira e que ge-

ra impacto financeiro”, completou.

Após ser questionado várias vezes pelo deputado Sargento Rodrigues sobre qual era o compromisso ou a proposta por parte do Governo do Estado, e mesmo diante de uma manifestação calorosa, sendo vaiado pelos agentes do sistema prisional, Calazans embomou e não respondeu quando o Governo encaminhará o projeto de Lei Orgânica à ALMG.

Descaso do Governo do Estado afeta o sistema prisional, o socioeducativo e toda a Segurança Pública de Minas Gerais

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais realizou audiência pública para debater a política carcerária do Estado, em especial as demandas dos agentes prisionais e socioeducativos.

Um dos pontos de discussão abordados na reunião foi o risco de demissão de milhares de agentes que mantêm contratos temporários de trabalho em virtude da nomeação de concursados. No início da audiência, o delegado sindical de Uberlândia, do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais (SINDASP), Allan Wilter Ferreira, o problema não é o dinheiro, e sim gestão do Governo. O delegado relatou a situação do crime organizado que se instalou no Triângulo Mineiro: “Quando um agente penitenciário faz alguma denúncia, é per-

seguido por diretores e transferido para uma unidade distante”. Já José Lino Esteves dos Santos, presidente do Sindicato dos Auxiliares, Assistentes e Analistas do Prisional Socioeducativo, é preciso forçar o Governo do Estado a cumprir com os compromissos feitos com a categoria: “400 técnicos para atender 7 mil presos é um absurdo”.

Sobre a situação dos contratados e concursados, de acordo com o assessor de gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento, SEPLAG, Carlos Calazans, Minas Gerais está passando por uma situação muito difícil, assim como outros Estados. Durante toda sua fala, Calazans desceu sobre o assunto e destacou que os concursados foram nomeados devido a um compromisso feito com eles e que apenas em setembro começou a

conversar com os agentes contratados. Calazans justificou, ainda, que existe uma decisão do Tribunal de Justiça que mandou o Governo cortar todos os contratos até 31 de dezembro de 2017.

Sargento Rodrigues também frisou que o assessor de gabinete Carlos Calazans não apontou nenhuma solução concreta e não apresentou nenhuma sugestão plausível para a solução dos problemas dos contratos administrativos dos agentes penitenciários e socioeducativos, cumprindo apenas o papel de “empurrar com a barriga” e “enrolar” os servidores. Segundo o parlamentar, se o governador deseja resolver o problema, ele deve enviar uma emenda ao Projeto nº 4148/2017, que é de autoria dele, e não havendo vício de iniciativa, a Assembleia acatar e votar em 2º turno: “Há uma solução para o Governo, mas o que

falta é sensatez, seriedade, transparência, responsabilidade e prioridade em relação às necessidades dos serviços públicos. O que este Governo vem fazendo com os agentes penitenciários e socioeducativos contratados é uma tortura psicológica”.

Rodrigues também criticou a demissão de agentes contratados e ainda acusou a presença na reunião de agente penitenciário que estaria exercendo função de serviço de inteligência, o que, segundo ele, atenderia ao objetivo do governo de intimidar a participação da classe. “O número de agentes já é pequeno para o número de encarcerados e o governo não só devia abrir mais vagas, mas manter todos os contratados”, frisou o parlamentar. Segundo ele, ao contrário disso, 3.500 agentes já teriam sido demitidos.

Homicídio do Cabo Vaneli é uma constatação do aumento do crime e da violência em Ilicínea e Região

Os altos índices de criminalidade no município de Ilicínea, localizado no Sul de Minas, foram discutidos na Câmara Municipal da cidade. A audiência pública foi realizada pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) depois do assassinato do cabo da PM Fabrício Renato Vaneli, de 38 anos, no dia 22/9/2017.

No início da reunião, o deputado Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão, informou que também foi provocado pelo ex-vereador Joaquim Pintor e pelo ex-vice-prefeito, Adilson Pires, os quais afirmaram que a situação da segurança pública em Ilicínea precisa melhorar, principalmente em relação às deficiências da polícia militar, da polícia civil ou de qualquer outro órgão que compõe o aparato de justiça criminal.

Rodrigues ainda afirmou que está, constantemente, cobrando ações do Governo, através de aprovação de requerimentos, audiências públicas, mostrando claramente o tanto que a polícia civil como a polícia militar estão completamente abandonadas e sucateadas.

“O fato é que os servidores da segurança pública em Minas Gerais estão abandonados. Estamos cobrando, constantemente, seja através de visitas no interior do Estado, nos destacamentos, pelotões, delegacias ou através da comissão de segurança pública. Essa é uma realidade! Temos destacamentos da polícia militar com policial trabalhando sozinho, como ocorre nos municípios de Aguanil, Santana da Vargem, Santana do Jacaré e Cana Verde, que pertencem a 6ª RPM, o que “joga por terra” mais de dois séculos de doutrina ensinada pelos coronéis da polícia militar tratando da supremacia de força. Um só policial militar responder pelo destacamento é entregar o companheiro à própria sorte, entregar o companheiro de bandeja para o crime. Vamos continuar denunciando, cobrando e exercendo controle do Poder Executivo, que é nosso dever enquanto parlamentar”, concluiu.

Na ocasião, o irmão do cabo Vaneli e advogado, Tiago, perguntou quais serão as



Sarah Torres/ALMG

medidas efetivas tomadas na cidade, como também quando será possível destinar um investigador para o município. “As polícias militar e civil devem atuar em conjunto com a justiça, pedindo liminar e mandados de segurança para invadir, rotineiramente, as bocas de fumo da cidade e prender os bandidos. Hoje, em Ilicínea, o tráfico de drogas virou um comércio”, afirmou.

Segundo a mãe do Cabo Vaneli, Sra. Neuza, todos estão citando o nome do Cabo Vaneli e da Giovana, mas esqueceram do rapaz que foi morto na roça. “Ninguém lembra que ele morreu, que ele também foi sacrificado e ninguém sabe o porquê. Onde está o assassino? A polícia está uma vergonha. Sabe há quantos anos está vencida a placa do colete do meu filho? Há três anos. Nunca foi trocada. Sabe em quantas vezes o meu filho está recebendo o salário parcelado? Em duas vezes. É uma miséria, para dar a vida dele lá e hoje nós estarmos aqui nesse sofrimento. Não sei se todos que estão aqui têm filhos, mas o meu coração está partido, porque se não fossem meus outros filhos, eu teria morrido com ele, mas eu tenho que criar os filhos dele”, destacou.

Ela afirmou, ainda, que um dia o policial estava em Santo Antônio quando a viatura deu problema e ele ligou pedindo ajuda para buscá-lo.

“Se vocês não tiverem jeito de mudar, o que nós vamos fazer? Vamos entregar a chave da cidade para os bandidos e que ninguém mais faça curso de polícia, porque hoje eu estou chorando a morte do meu filho e amanhã quem sabe eu chorarei a morte de outro filho? Porque a nossa cidade está uma vergonha”, completou a mãe do Cabo Vaneli.

Cobrado e questionado durante toda a audiência pública sobre quais medidas serão tomadas na região em relação à logística, ao efetivo e às operações no dia a dia, o comandante da 6ª RPM, Cel. PM Giovani de Sousa Silva, afirmou que a polícia militar trabalha pautada na legislação. “Hoje o nosso trabalho, ou melhor, “retrabalho” é por causa da legislação. Sendo assim, o nosso dia a dia fica prejudicado por conta dessa legislação branda, que faz com que a polícia militar, a polícia civil e os demais órgãos de segurança pública trabalhem de forma a não atender o clamor social e institucional”, disse.